



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

**CONSELHO CONSULTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E FLORESTAS**

COMUNICADO FINAL

Realizou-se aos 26 de Outubro de 2023, na Cidade de Malange, Capital da Província de Malange, o Conselho Consultivo do Ministério da Agricultura e Florestas, sob o lema **“Agropecuária, Aposta Certa para o Garante da Segurança Alimentar e Nutricional”**.

A sessão de Abertura foi presidida por Sua Excelência, **Eng.º António Francisco de Assis**, Ministro da Agricultura e Florestas, que na ocasião esteve ladeado por Sua Excelência Eng.º **Angelino Quissonde**, Vice-Governador da Província de Malange para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, em representação de Sua Excelência **Eng.º Marcos Alexandre Nhunga**, Governador da Província de Malange, Secretário de Estado para as Florestas, Secretário de Estado para a Economia, Representante da FAO em Angola e o Secretário Geral do Ministério da Agricultura e Florestas.

Participaram do Conselho Consultivo, os membros efectivos, nomeadamente, Secretário de Estado para as Florestas, Directores Nacionais e Gerais e Presidentes dos Conselhos de Administração das empresas tuteladas pelo Ministério da Agricultura e Florestas, do Fundo de Desenvolvimento do Café.

Participaram ainda, como convidados, representantes dos Ministérios da Indústria e Comércio, da Economia e Planeamento,

incluindo representantes de instituições financeiras e de seguros, nomeadamente, do BDA, FADA, FACRA, Fundo de Garantia de Crédito, ARSEG, representantes de Associações das empresas do sector agro-pecuário e florestal, nomeadamente, da UNACA, ADRA, APPA, Confederação Pecuária, CARRINHO, VINEVALA, Jardins da Yoba, Associação de Brigadas de Mecanização Agrícola e representantes do sector académico, consultores e ONG's.

S. EX.^a **Angelino Quissonde**, Vice-Governador da Província de Malange para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, na qualidade de anfitrião, no seu discurso de boas vindas manifestou rigozijo e satisfação pelo privilégio de ter sido escolhida a Província de Malange, para a realização deste evento.

Ainda na sua intervenção destacou que a questão da fome e da pobreza também figura como prioridade na agenda política do Executivo de Malanje, solicitando uma atenção especial do Sector na produção de sementes e mudas no seio familiar e municipal, o contínuo reforço do apoio à agricultura familiar, à disseminação das grandes conquistas nacionais de investigação agrária, bem como o reforço dos programas de extensão rural, formação e capacitação de quadros do Sector.

Manifestou também o seu agrado pelo apoio que tem estado a receber por parte do Ministério da Agricultura e Florestas, enaltecendo o empenho de S. EX.^a Ministro da Agricultura e Florestas na promoção de financiamento de jovens, cooperativas, famílias e associações para produção de alimentos. Enalteceu, igualmente, o envolvimento do FADA que tem sabido comunicar, de forma eficiente, com as famílias e agricultores e tem desembolsado de forma célere recursos necessários.

Terminou a sua intervenção, reforçando o apelo de S. EX.^a Presidente da República aquando da sua visita à província de Malange, sobre a necessidade da construção do canal de irrigação do Pólo Agro-Industrial de Capanda.

O discurso oficial de abertura do Conselho Consultivo foi proferido por Sua Excelência Eng.º António Francisco de Assis, Ministro da Agricultura e Florestas, que na sua intervenção endereçou os seus profundos agradecimentos à todos os presentes neste Conselho e um agradecimento especial ao Governo da Província de Malanje pela calorosa recepção e hospitalidade.

Prosseguiu, destacando sobre a necessidade de todos nos engajarmos sobre a mesma causa, não só para o aumento da produção interna, em substituição das importações, como também, para aligeirar e tornar mais eficientes os mecanismos para fazer chegar a mesa dos angolanos alimentos com qualidade desejada e a um preço justo.

Igualmente, no seu discurso S. EX.^a Ministro da Agricultura e Florestas, referiu que os resultados alcançados no ano agrícola 2021/2022, reflectem níveis de crescimento satisfatórios e representam um aumento de 5,6% de crescimento da produção nacional, em relação ao ano anterior, o que o fez reafirmar de que não há dúvidas de que estamos a crescer com o grande contributo da agricultura familiar e empresarial.

Destacou ainda as acções em curso e perspectivas do Sector, tendo informado sobre o enquadramento o mais breve possível e de forma faseada, de aproximadamente 1200 técnicos, das diferentes especialidades do ramo.

Terminou o seu discurso, endereçando os agradecimentos aos parceiros e empresários do ramo da agricultura, pecuária e florestas, pela parceria, resiliência e por acreditarem que juntos poderemos alcançar a meta de tornar Angola num País exportar de alimentos, referindo ainda que não existe varinha mágica nem outras pessoas que irão fazer acontecer agricultura em Angola antes de nós e que devemos trabalhar arduamente em conjunto e com o espírito de inter ajuda.

De acordo com o Programa aprovado, os trabalhos do Conselho decorreram sob a forma de sessão plenária, tendo os temas agendados sido agrupados em quatro painéis, a saber:

1.º PAINEL – BALANÇO E PERSPECTIVAS

TEMA 1: BALANÇO DAS ACÇÕES E PERSPECTIVAS PARA PRODUÇÃO DO SECTOR AGROPECUÁRIO E FLORESTAL

TEMA 2: APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO ANO AGRÍCOLA 2021/2022 E O ESTADO DE PREPARAÇÃO DO ANO AGRÍCOLA 2023/2024

TEMA 3: PONTO DE SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DAS ACÇÕES DAS PROVÍNCIAS DO PAÍS

2.º PAINEL – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

TEMA 4: ACÇÕES DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

TEMA 5: PONTO DE SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO DE SEMENTES

TEMA 6: PONTO DE SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DO COMÉRCIO RURAL

TEMA 7: FORMALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE AGROPECUÁRIA

3.º PAINEL – CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR FAMILIAR/EMPRESARIAL E PRESTADORES DE SERVIÇOS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Com as seguintes intervenções:

- UNACA – União Nacional dos Camponeses de Angola;
- ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente;

- APPA – Associação dos Produtores Agrícolas e Pecuários de Angola;
- CONFEDERAÇÃO PECUÁRIA;
- GRUPO CARRINHO (Empresa âncora – Perspectivas);
- VINEVALA (Produção de Trigo – Perspectivas);
- GESTERRA, SA (Gestão de Terras Aráveis)
- MADANG,EP (Empresa Florestal Madeiras de Angola)
- JARDIM DA YOBA;
- ABRIMECA-Associação de Brigadas de Mecanização Agrícola

4.º PAINEL: FINANCIAMENTO E SEGURO AGRÍCOLA (PONTO DE SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS)

Com as seguintes intervenções:

- FADA – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário;
- BDA – Banco de Desenvolvimento de Angola;
- FGC-Fundo de Garantia de Crédito;
- FACRA-Fundo Activo de Capital de Risco Angolano

CONCLUSÕES

Da apresentação dos temas e intervenções agendadas, os participantes ao Conselho Consultivo retiraram as seguintes conclusões:

- 1) O Conselho acolheu com satisfação a informação sobre a execução das acções programadas, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018 – 2022 e do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário (PDMPSA) 2018-2022 para o mesmo período, assim como sobre a dinâmica de desenvolvimento registada nos domínios agropecuário e florestal, traduzido pelo indicador de crescimento do sector estimado em 5,6% no período de 2021 a 2022, sendo considerado como o sector com maior crescimento económico fora do sector petrolífero.

- 2) Os participantes foram informados sobre o balanço do Ano Agrícola 2021/2022 e tomaram conhecimento das condições criadas para o arranque do Ano Agrícola 2023/2024, tendo constatado com preocupação o seguinte:
- a) Escassez na disponibilidade de recursos para o apoio ao sector familiar;
 - b) Fraca contribuição da mecanização agrícola, no processo de preparação de terras para as campanhas agrícolas, com particular incidência no sector familiar;
 - c) Alocação tardia dos recursos financeiros para apoiar a realização das campanhas agrícolas e de vacinação animal, o que leva a sua execução fora de época;
- 3) Os Membros do Conselho foram ainda informados sobre o estado de execução dos projectos estruturantes do sector orientados para o apoio à produção agropecuária, com recurso a financiamento externo, no âmbito dos acordos de cooperação com instituições financeiras internacionais, nomeadamente: O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização (SAMAP), o Projecto de Desenvolvimento das Cadeias de Valor Agrícola da Província de Cabinda (PDCVAP), o Projecto de Reforço da Resiliência dos Agricultores Familiares (SREP), o Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC) e o Projecto de Apoio à Agricultura Familiar (MOSAP III).
- 4) Os participantes tomaram conhecimento do grau de implementação das acções conduzidas pelo IDA, no âmbito dos programas de extensão rural e assistência técnica e dos projectos de financiamento externo, orientados para o reforço da capacidade produtiva do sector familiar.

- 5) No âmbito da pecuária, o Conselho acolheu com agrado a implementação dos programas de fomento da avicultura, suinicultura e caprinocultura, bem como o Projecto de Desenvolvimento Integrado de Samba Cajú, no Planalto de Camabatela, que visa a instalação de infra-estruturas de apoio à produção pecuária.
- 6) Ainda sobre a pecuária, o Conselho tomou nota do programa de fomento da pecuária nacional, em curso na província do Huambo, a implementação do projecto de construção do Centro de Biodiversidade e Fábrica de Vacinas, para aves, bovinos e caprinos.
- 7) No domínio das florestas, o Conselho tomou nota do estado de construção e funcionamento dos Entrepostos de Produtos Florestais de Maria Teresa, Caxito e Menongue em fase adiantada de conclusão, assim como, da preparação para o início da construção dos restantes três Entrepostos nas províncias do Moxico, Benguela e Cabinda, com o propósito de ampliar o número de infra-estruturas e serviços integrados e polivalentes, para a facilitação da comercialização da madeira.
- 8) Igualmente, no domínio das florestas, o Conselho acolheu com agrado a informação sobre o conjunto de medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros para melhorar a gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos, com destaque para a criação do serviço de guarda nacional de fiscalização florestal e faunística, regime de concessões florestais, com a obrigatoriedade de florestamento e reflorestamento, assim como a medida que suspende a exportação da madeira não processada ou não manufacturada.
- 9) O Conselho tomou nota das acções em curso para criar maior capacidade interna de produção de grãos e cereais através do envolvimento dos produtores familiares na produção de arroz,

trigo, milho e soja, com o objectivo de promover a cadeia de valor dos grãos, fomentar a produção animal e reduzir a importação destes produtos.

- 10) Os participantes ao Conselho acolheram com satisfação a informação sobre as acções em curso, com vista a mitigar os efeitos da estiagem e impulsionar a produção agropecuária, em especial o canal do Cafu, as barragens de Calucuve e de NDÚE, na Província do Cunene, bem como a construção e reabilitação de barragens e perímetros irrigados nas províncias da Huíla, Bié, Cuanza Sul e Benguela, mais precisamente na região da Chicomba, Calueque, Neves, Chicava, Sendi e região agro-silvo-pastoril do Porto Amboim, Dombe Grande e Ganda.
- 11) Sobre o controlo da qualidade dos alimentos, o Conselho tomou nota da construção de três laboratórios agro-alimentares nas províncias do Zaire, Namibe e Moxico, de forma a expandir os serviços de controlo de qualidade dos alimentos nos principais pontos de entrada e saída de produtos alimentares.
- 12) Relativamente à capacidade institucional do MINAGRIF e a necessidade de melhoria e reforço das condições de trabalho dos técnicos do sector, o Conselho concluiu o seguinte:
 - a) Necessidade de 8.645 técnicos de especialidade, nos diferentes órgãos e serviços;
 - b) Falta de subsídios para os técnicos do sector;
 - c) Insuficiência de orçamento atribuído ao sector face as necessidades existentes;
 - d) Inadequação do quadro de pessoal dos órgãos do MINAGRIF para acomodar novos funcionários;
 - e) Falta de instituições de protecção de plantas, hidráulica, engenharia rural e mecanização agrícola;

13) Relativamente à contribuição das associações, cooperativas e empresas do sector agropecuário e florestal e ao comércio rural, o Conselho concluiu o seguinte:

- a) Insuficiência de infraestruturas de apoio à produção agropecuária e florestal;
- b) Dificil acesso aos créditos bancários e em condições compatíveis com a natureza da actividade para as associações, cooperativas e empresas do sector agropecuário e florestal;
- c) Insuficiência de intervenção nas vias secundárias e terciárias para maior acessibilidade e escoamento dos produtos e melhoria do acesso ao armazenamento dos mesmos.

RECOMENDAÇÕES

Os Participantes ao Conselho Consultivo recomendam:

- 1) Alocação atempada dos recursos financeiros para apoiar a realização das campanhas agrícolas e de vacinação animal, o que leva a sua execução fora de época;
- 2) Prestar apoio técnico aos agricultores, através das EDA's e das ECA's (sendo que estas últimas não requerem necessariamente a construção de infraestruturas de raiz), de modo a permitir-lhes integrar correctamente o uso dos factores de produção, aumentar a produtividade e, conseqüentemente, o rendimento dos agregados familiares;
- 3) Monitorizar e dinamizar as culturas industriais, em particular o café arábica, o cacau, o palmar, o algodão, a

cana-de-açúcar e o girassol, promovendo a articulação com o sector da indústria;

- 4) Promover o fornecimento de insumos agrícolas e fomentar preparação mecanizada de terras para o aumento das áreas cultivadas, bem como a correcção de solos com calcário dolomítico para redução da acidez;
- 5) Propor a aprovação do Regulamento sobre o regime cerealífero e dos grãos, para permitir a classificação e certificação do grão;
- 6) Reforçar a investigação agronómica, veterinária e florestal e concluir o processo de reforma do sistema de investigação agrária;
- 7) Reforçar o sistema de controlo dos Serviços de Sanidade Vegetal e propor a criação do Instituto de Protecção de Plantas;
- 8) Propor a criação de uma entidade pública dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, responsável pela prestação de serviços de desmatamento e de engenharia rural e hidráulica agrícola, sob a tutela do MINAGRIF;
- 9) Adotar tecnologias intermédias de hidráulica e mecanização agrícola;
- 10) Apoiar a estruturação, ampliação e funcionamento da rede de comércio rural em colaboração com o Ministério da Indústria e Comércio e promover a intervenção nas vias secundárias e terciárias para maior acessibilidade e escoamento da produção agrícola;

- 11) Promover a comercialização da produção agrícola familiar e o estabelecimento de preços mínimos de referência para os produtos da cesta básica;
- 12) Mapear e cadastrar as explorações agrícolas familiares e empresariais e criar um banco de terras aráveis disponíveis para investimento privado, criando condições para a melhoria da gestão fundiária;
- 13) Propor a aprovação de subsídio ao calcário agrícola para mitigação dos custos de transporte das áreas de exploração às zonas agrícolas, com vista ao aumento da produção e da produtividade;
- 14) Reforçar o controlo de qualidade de sementes e mudas e promover parcerias nacionais, regionais e internacionais no domínio das sementes;
- 15) Dar continuidade do programa de produção de fruteiras (manga, citrinos e abacates) no sector familiar como recurso adicional para assegurar a obtenção de renda alternativa às famílias;
- 16) Reforçar o modelo de recolha de dados no campo para alimentar o Sistema Nacional Integrado de Estatísticas Agrícolas, de modo a fornecer aos utilizadores, dados fiáveis sobre a produção agropecuária e florestal;
- 17) Promover o acesso ao crédito e ao seguro para a actividade agro-pecuária e florestal junto das instituições de crédito e das seguradoras, em condições mais atractivas;
- 18) Actualizar e implementar os subsídios já aprovados para os técnicos do sector de modo a assegurar uma melhor remuneração e tornar mais atractivo o enquadramento na função agricultura, em especial para os jovens;

- 19) Formular a Política Nacional Pecuária;
- 20) Elaborar o Plano Estratégico Nacional de Vigilância Epidemiológica em Saúde Animal, no âmbito de ``Uma Só Saúde``;
- 21) Dar continuidade e alargar o âmbito de abrangência dos programas de fomento da produção pecuária, com especial realce para o fomento da avicultura, suinicultura e caprinocultura, de modo a contribuir para o aumento da oferta de proteína animal;
- 22) Assegurar a implementação atempada dos Sub-Programas de Prevenção, Controlo e Erradicação da Peripneumonia Contagiosa dos Bovinos (PPCB), Febre aftosa (F.A), Peste dos Pequenos Ruminantes (PPR) e Raiva, compromisso assumido pela Organização Mundial de Sanidade Animal (OMSA) até 2030;
- 23) Construir Postos de Inspeção e Fiscalização Veterinária na região Sul de Angola, para prevenir a entrada de animais e controlar a ocorrência de doenças transfronteiriças;
- 24) Realizar o segundo ciclo do Inventário Florestal Nacional, de modo a manter actualizado a base de dados florestais e consolidar a informação privilegiada sobre o potencial e a disponibilidade dos recursos florestais;
- 25) Estabelecer plantações e polígonos florestais para providenciar a existência de uma base sustentável de matéria-prima para a indústria de mobiliários, celulose e energia e outros;
- 26) Introduzir o Processo de Certificação Florestal para facilitar o acesso da madeira nacional e seus derivados no mercado internacional, com denominação de origem controlada;

- 27) Fomentar a concessão de áreas disponíveis à interessados para o povoamento e repovoamento florestal e promover a criação de viveiros florestais;
- 28) Promover a exploração de créditos de carbono no âmbito do Acordo de Paris sobre o Clima e da Estratégia Nacional sobre Alterações Climáticas;
- 29) Criar um software de gestão integrada de emissão e controlo de licenças de exploração florestal;
- 30) Concluir a implementação do programa de construção de entrepostos de fiscalização e comercialização da madeira;
- 31) Reforçar a utilização de equipamentos melhorados nos sistemas de exploração apícola familiar para promover o aumento da produção e a qualidade do mel, cera e outros subprodutos derivados do mel;
- 32) Promover o surgimento e financiamento de brigadas de mecanização pesadas para a preparação de terras, como factor determinante para o aumento da produção agrícola.

O discurso de encerramento foi proferido por Sua Excelência Eng.º António Francisco de Assis, Ministro da Agricultura e Florestas.

Feito em Malange, aos 26 de Outubro de 2023.

O CONSELHO